

Conceitos e Modelos da Comunicação

Inês Silvia Vitorina Sampaio¹
inesam@uece.br

Resumo

O artigo se propõe a refletir acerca de algumas concepções clássicas e contemporâneas da comunicação. Os modelos comunicacionais apresentados pelas teorias da Informação de Shannon e Weaver, da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, dos Bens Simbólicos de Pierre Bourdieu e dos Sistemas de Niklas Luhmann são analisados numa perspectiva comparada, que busca explorar suas implicações mais significativas. Os limites e as potencialidades dos vários modelos são considerados tendo em vista, especialmente, a sua capacidade de elucidar os processos contemporâneos da comunicação mediática.

Palavras-chave: Comunicação; conceitos; modelos.

Abstract: This paper aims at to discuss some classical and contemporary communication theories. The communicative models proposed by Mathematical Theory of Shannon and Weaver, Theory of Communicative Action of Jürgen Habermas, Theory of Symbolic Goods of Pierre Bourdieu and System Theory of Niklas Luhmann are analysed in a comparative perspective, that explores their most significant implications. Limits and potentials of those models are discussed focusing on the capacity of each model in elucidating contemporary processes of mediated communication.

¹ Inês Sílvia Vitorino Sampaio é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, professora do Curso de Comunicação Social da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e do Mestrado em Sociedade e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Introdução

Este artigo se propõe a refletir acerca de algumas concepções clássicas e contemporâneas da comunicação, tomadas como exemplares de uma série de outros trabalhos nesta área. Como Klaus Krippendorf, estamos convencidas de que aos modelos, mitos e metáforas da comunicação está associada uma série de implicações nem sempre problematizadas (1994: 97). Tais implicações são extremamente significativas, razão pela qual serão tematizadas neste texto.

A Comunicação como Transmissão de Sinais

Dentre os modelos de comunicação mais influentes nas últimas décadas, destaca-se o modelo criado em 1949 por C.E.Shannon e W.Weaver, que concebe a comunicação como uma *transmissão de sinais*. Também designado como uma teoria da Informação, foi concebido, de acordo com seus criadores, como modelo matemático, para permitir a transmissão de um conjunto de informações quantificáveis de um lugar para outro (cf. Krippendorf, 1994: 92). Os próprios autores, segundo Krippendorf, evitaram a qualificação do modelo proposto como uma teoria da informação, justamente para evitar o seu comprometimento com a noção ordinária da informação associada frequentemente à idéia de significado. De modo distinto, a noção de informação operacionalizada nesse modelo é relativa à idéia de coisas sinalizáveis, igualmente determináveis fisicamente. É justamente a utilização desse modelo matemático fora do âmbito tecnológico e das ciências naturais que, segundo Siegfried Schmidt, resultou numa série de equívocos e confusões teóricas, presentes nos estudos sobre comunicação (1996: 52).

Conceitos como os de emissor, destinatário, código, sinal, informação, codificação e decodificação, utilizados de modo recorrente nas discussões sobre comunicação, são, como assegura Schmidt, derivados desse modelo. Já essa constatação seria suficiente para indicar a relevância e atualidade de sua discussão. Trata-se de um modelo *linear* da comunicação visto como um processo de *transporte* da informação de um ponto A (o emissor) para um ponto B(o receptor). A informação, uma vez

codificada em sinais por um emissor, seria transmitida através de um canal (a mídia) para um receptor que processaria a sua decodificação².

O processo comunicacional é, desse modo, reduzido a uma questão de *transporte*, no qual as mensagens e significados são tratados como meros sinais a serem identificados e decodificados por um receptor. Contudo, a apropriação desse modelo matemático no campo das ciências humanas, para se refletir processos de comunicação social, apresenta deficiências expressivas acerca da compreensão dos agentes comunicacionais, do conceito de informação e dos 'meios' de comunicação.

Os agentes comunicacionais são minimizados em suas capacidades cognitivas, vistos redutoramente na condição de codificadores e/ou decodificadores de sinais. "Emissor e receptor aparecem nesse modelo apenas como dados formais, como caixas pretas, como máquinas de *Input-Output* ou então como computadores que trocam informação entre si" (Schmidt, 1996: 52). A própria relação entre os agentes comunicacionais, na complexidade e pluralidade de seus interesses e concepções, é desconsiderada, assim também como é negligenciada a discussão acerca do contexto em que se verifica a comunicação.

Problemática é, também, a utilização do conceito de informação como algo objetivo, um dado concreto e preciso, que como tal pode ser transportado de um emissor A para um receptor B. A informação - seja ela qualificada como mensagem ou conteúdo - é repassada em sua integridade e completeza do emissor para o receptor, que terão acesso, sob essa ótica, à mesma mensagem. Como podem ser compreendidas no interior desse modelo as diferenças de compreensão tão comuns na comunicação? É ao analisar essa questão que Krippendorff demonstra a gravidade das implicações de um modelo aparentemente tão simples e suas metáforas. Diferenças de compreensão podem ser esclarecidas, nessa abordagem, através de três possibilidades, consideradas como inumanas. "Diferenças conceituais, de conhecimento ou perceptivas podem, em primeiro lugar, ser esclarecidas e *rejeitadas* como erro, como modo de comportamento patológico, perverso ou como mera ludicidade" (Krippendorff, 1994: 98).

As diferenças de compreensão são, segundo o autor, repelidas como *erro* quando podem ser atribuídas a incapacidades, acasos ou acontecimentos não

² Esse modelo da comunicação, nos seus elementos fundamentais, encontra-se também na Linguística Estruturalista de Roman Jakobson, que analisa o ato de comunicação verbal a partir dos conceitos de Remetente, Destinatário, Mensagem, Canal, Código e Contexto. Ele se origina com F. de Saussure, cujas idéias, organizadas no '*Cours de Linguistique Générale*', postulava a existência de uma ciência geral dos signos, a Semiologia, da qual a Linguística faria parte.

propositais. São rejeitadas como *patologias* quando podem ser associadas a circunstâncias infelizes, como esquizofrenias, que impossibilitam uma forma de expressão satisfatória, ou ainda como *comportamento pérfido*, quando existem razões para se pressupor a existência de motivos ocultos para uma conduta. São, finalmente, ignoradas como mera *ludicidade* quando é possível se colocar em questão sua realidade, como no caso dos paradoxos. As análises da comunicação que recorrem às metáforas do 'canal', do 'container' (um recipiente que permite o transporte da mensagem), assim como da informação como 'entidade', estão impelidas a lidar com essas graves dificuldades do ponto de vista da questão da compreensão.

Nesse modelo da comunicação, como vimos, com exceção dessas falhas no processo de transmissão teriam emissor e receptor acesso a conteúdos idênticos. Isso revela, como ressalta Schmidt, uma compreensão da informação ou mensagem reduzida à condição de entidade, passível apenas como tal, de ser transportada em 'canais', 'vasos' ou 'rios', como aparecem nas metáforas mais comuns (1996: 51). Justamente, este último aspecto, o da transmissão da informação através de um canal, favorece, no caso dos estudos da mídia, uma compreensão instrumental da mesma, vista apenas como 'meio', ou seja, como um veículo cuja função é justamente permitir o 'fluxo' da informação. Nessa perspectiva, a questão de maior relevância torna-se a discussão acerca da capacidade da mídia de realizar eficazmente essa transmissão, ou seja, de modo mais ou menos adequado.

A qualidade da mídia como agente em si, que não se constitui apenas como um elemento passivo na comunicação, como uma espécie de 'canal' ou 'rio' que se permite utilizar, mas que se impõe como instância de atuação destacada no processo comunicacional, não encontra nenhum espaço de expressão nesse modelo. A dimensão institucional da mídia fica encoberta mediante a utilização da metáfora do 'canal'.

Schmidt ressalta o predomínio dos modelos da comunicação baseados numa visão técnica da informação nos campos da sociologia, da psicologia e da linguística nos últimos 50 anos. Sua crítica às suas insuficiências e aos equívocos é extremamente contundente, estando concentrada em pelo menos cinco pontos principais, alguns dos quais já mencionados. Suas críticas têm o seguinte teor: (i) tais modelos são, segundo o autor, *abstratos e reducionistas*, ou seja, desconsideram a natureza do emissor e receptor, em suas capacidades cognitivas, necessidades, sentimentos e interesses, assim como minimizam as influências econômicas, sociais, políticas e culturais nos processos de comunicação; (ii) eles operam com um modelo de sinais válido para todos os meios

de comunicação, conforme o qual os sinais, vistos como depósitos (metáfora do 'container'), transportam significado; (iii) eles recorrem a um conceito de informação matemático, inadequado para se refletir processos de comunicação cuja natureza difere significativamente daqueles do seu campo originário; (iv) A questão da compreensão na comunicação é concebida como mera decodificação de mensagens e as diferenças de interpretação qualificadas sempre como algo problemático; (v) A comunicação é vista, finalmente, como um processo dirigido de um emissor A para um receptor B e não como interação entre instâncias comunicativas simétricas e ativas (1996:54-55).

É oportuno, contudo, ressaltar a contribuição significativa dos lingüistas, teóricos do discurso e sociolingüistas para o desenvolvimento de uma crítica efetiva a esse modelo da comunicação. No sentido da superação de uma compreensão da linguagem, vista como *reservatório* de sinais e depósito de informação, colaboraram as proposições da teoria dos atos de fala de Austin, o qual apoiado em Wittgenstein, postula que as palavras constroem coisas, assim como as contribuições da pragmática, que acentua a necessidade de consideração do contexto para o entendimento do processo de comunicação. As formulações dos autores citados, entre outros, evidenciam o fato de que a comunicação realiza-se como um processo cuja complexidade, em sua natureza e pressupostos, é maior do que o indicado.

A Comunicação como Diálogo

A compreensão da comunicação como dialogia é, sem dúvida, um dos modelos mais influentes da comunicação, que remonta à filosofia grega de Platão e Sócrates. A escolha de um expoente desta corrente para efeito de análise tende a assumir, em alguma medida, um caráter arbitrário e limitado. Cientes deste risco, optamos por concentrar a nossa atenção na análise da concepção da comunicação de um dos autores contemporâneos mais expressivos que opera com esse modelo, o filósofo alemão Jürgen Habermas. A primeira consideração a ser feita acerca de suas reflexões sobre a comunicação é que estas se fazem inteligíveis como parte integrante do seu projeto de renovação da teoria social fundada no *interesse emancipatório*. Juntamente com os interesses técnico e prático, o interesse emancipatório fundaria uma das três vertentes constitutivas do conhecimento. Essa é justamente a tese central do seu trabalho 'Conhecimento e Interesse', onde o autor postula que "todo conhecimento é posto em

movimento por interesses que o orientam, dirigem-no, comandam-no“ (Heck, 1987:7). O interesse emancipatório é o fio condutor da obra habermasiana.

Segundo Habermas, com o advento da modernidade estão amadurecidas as condições para o desenvolvimento de uma racionalidade comunicativa, isto é, constituída na interação comunicativa de sujeitos capazes de linguagem e ação. Isso ocorre na medida em que a emancipação progressiva do homem do jugo da tradição e da autoridade confere ao mesmo a possibilidade de estar sujeito apenas à força da argumentação. A comunicação assume assim um lugar destacado nas suas reflexões.

Ela é concebida como um processo dialógico, através do qual sujeitos, capazes de linguagem e ação, interagem com fins de obter um entendimento. Nessa formulação sucinta, estão delineados alguns pontos centrais da sua teoria da ação comunicativa ou da competência comunicativa. São eles: a compreensão da comunicação como *interação*, a centralidade da linguagem como *medium* privilegiado do entendimento - daí a noção de dialogia e a compreensão do entendimento como sendo o objetivo da comunicação.

Habermas dedica-se à discussão dessas questões, na sua tentativa de superar as aporias da razão moderna. Segundo o autor, a razão, reduzida à sua dimensão instrumental, cujo paradigma é a relação sujeito-objeto, desenvolveu-se, na modernidade, como razão manipuladora e opressora. O autor assegura, contudo, que a razão *instrumental* constitui apenas uma das faces da razão. Ao se constituir em razão hegemônica, ela obscureceu a visibilidade de uma outra face da razão, a razão *comunicativa*, que se refere à dimensão interativa do homem na sua relação com a alteridade.

A noção de racionalidade comunicativa pretende explicitar a relação social entre pelo menos dois atores em que, através da argumentabilidade, chega-se a uma posição de consenso. Nesse processo, faz-se possível ultrapassar o nível da cotidianidade, onde impera o consenso ingênuo - não problematizado, mas a qualquer hora problematizável (esfera da socialidade fática) e atingir o consenso crítico fundamentado em razões (esfera discursiva), âmbito da ação comunicativa. Nesta nova formulação, está presente a noção de que o conhecimento se constitui a partir de um processo mútuo de compreensão, mediado linguisticamente. Por isso, ele tem como seu elemento estruturador não a postura de um sujeito manipulador do mundo e do 'outro' da interação, mas a intersubjetividade dos que participam de uma relação discursiva.

Habermas recupera, na sua teoria da ação comunicativa, elementos da teoria da linguagem do segundo Wittgenstein e da teoria dos atos de fala de Austin. No primeiro caso, incorpora a tese de que falar é agir socialmente, ou seja, constitui uma forma de vida e de seguimento a regras gestadas socialmente. No segundo caso, assume a tese de que falar coisas significa fazer proferimentos que estabelecem relações sociais. Nesse sentido, a sua teoria ultrapassa a esfera da lingüística e se configura como pragmática.

A linguagem é compreendida como *medium* fundamental da construção da intersubjetividade na comunicação, cuja unidade fundamental não é a proposição, mas o proferimento, ou seja, a proposição inserida no processo normal de interação lingüística. Dessa forma, transfere-se o eixo de investigação da racionalidade *cognitiva* para a racionalidade *comunicativa*.

A teoria da competência comunicativa postula que todo ato de fala é composto de uma dupla estrutura: uma frase *performativa* (que cria uma relação intersubjetiva) e uma *frase proposicional* (que expressa o objeto sobre o qual se fala). O entendimento pressupõe um sistema comum de referência que permite aos participantes da interação se entenderem sobre algo. Esse sistema comum diz respeito ao mundo objetivo, social e subjetivo, ao qual corresponde a tríplice função da linguagem: de apresentação, de interpretação e de expressão. É a partir desse sistema de referência que quem fala se refere a algo objetivo, normativo ou subjetivo, submetendo-os a critérios de validade próprios (Herrero, 1986:18).

Os participantes da interação levantam pretensões de validade, em princípio demonstráveis, que apresentam uma criticidade imanente. Eles postulam a *verdade* do enunciado, a *correção* da interação em relação às normas vigentes, a *veracidade* da expressão proferida e ainda a sua *compreensibilidade*. Uma 'situação comunicativa ideal' é, portanto, pressuposta em todo o diálogo, na estrutura lingüística dos 'atos de fala', que apresentam pretensões de validade, passíveis de serem criticadas e fundamentadas sobre a força do melhor argumento. Eles têm como pressuposto uma situação livre de qualquer forma de mutilação sistemática da comunicação, sob igualdade de condições. Uma 'situação comunicativa ideal' que se configura também como uma utopia. "*The ideal speech situation is the effective anticipation of a pure structure of rationality, with no internal, external or social constraints, where we could therefore agree on truth, norms, and authenticity*" (Steuerman, 1989:55). É pois, na própria estrutura da linguagem, que Habermas fundamenta e localiza a condição de possibilidade da racionalidade comunicativa e, portanto, da reflexividade.

A pressuposição de uma situação ideal de diálogo, ainda que não realizável empiricamente, está presente em toda interação mediada pelo discurso. Essa situação ideal antecipada, caracterizada pela ausência de qualquer forma de mutilação sistemática da comunicação, onde prevalece sempre a força do melhor argumento e se assegura igualdade de condições para todos os participantes do discurso, tem como pressuposto a antecipação também de uma forma ideal de vida, marcada pelos ideais de liberdade e justiça.

Ao localizar na própria estrutura da linguagem, em detrimento das condições histórico-sociais concretas de efetivação das interações, a possibilidade de constituição dos 'entendimentos coletivos', as proposições habermasianas revelam o seu caráter idealista. Este constitui um dos pontos centrais das críticas à sua teoria. A análise de Habermas voltada para a compreensão das condições de possibilidades da comunicação, concentra sua atenção em aspectos referentes à dinâmica da linguagem e na idéia da existência de uma 'situação ideal de fala', prevista em todo processo de comunicação. Contudo, ela deixa de considerar, com o mesmo cuidado, os aspectos concretos de sua efetivação, tais como a dimensão institucionalmente mediada dos processos de comunicação, os conflitos de interesses e as questões do poder que neles repercutem. Na medida em que a comunicação só ganha sentido pela busca do entendimento, aquilo que incide nesse processo com outro fim tende a ser classificado como patologia a ser corrigida, o que torna vulneráveis as suas proposições.

A compreensão da comunicação vista, sobretudo, como um processo racionalmente orientado para a realização de 'entendimentos' e cuja dinâmica se estabelece a partir da apresentação de argumentos racionalmente motivados pelos participantes da interação, constitui um aspecto bastante criticado no seu trabalho, especialmente no que se refere à negligência para com outras possibilidades da comunicação que não são orientadas apenas, ou mesmo primordialmente, para a busca de consensos.

Acentua-se, nesse sentido, a postura racionalista de Habermas que o leva a minimizar os aspectos referentes aos múltiplos jogos de linguagem, tal como formulado por Wittgenstein. Embora as contribuições do autor acerca da compreensão da linguagem tenham sido apropriadas, parcialmente, por Habermas, no que diz respeito a essa questão foram, lamentavelmente, desconsideradas. O modelo habermasiano privilegia a dimensão cognitiva no processo da comunicação, no qual os 'atos de fala'

são vistos apenas do ponto de vista da sua capacidade de conferir razões aos discursos proferidos. (Steuerman, 1989: 60).

A tese de que a comunicação se realiza com o propósito da realização do consenso fundamentado em razões adquire um estatuto de legitimidade que é negado para outros jogos da comunicação. Niklas Luhmann argúi em favor do caráter empiricamente falso dessa tese afirmando com propriedade que “pode-se comunicar também para se marcar o dissenso, pode-se querer o conflito, e não existe nenhuma razão concludente para se tomar a busca de consenso como mais racional do que a busca do dissenso“ (1995b: 119). Ele acentua ainda que, embora a comunicação não seja possível sem algum consenso, também não o é sem algum dissenso.

Um outro questionamento importante dirigido à teoria habermasiana diz respeito à sua negligência para com o tratamento dos aspectos emocionais presentes no processo comunicacional, em favor de uma visão racionalista dos agentes sociais e suas interações. Minimiza-se, nessa ótica, o fato de que em todo processo de comunicação está imbricada uma série de elementos emocionais que operam de modo influente na definição de uma agenda temática e na avaliação das questões abordadas.

Esse tipo de leitura tende a não diferenciar entre o homem como ser racional e o homem como ser capaz de racionalizações. No primeiro caso, todas as dimensões humanas estão subsumidas na dimensão racional; na segunda, ela aparece como uma de suas dimensões constitutivas. As postulações de Habermas aproximam-se, claramente, da primeira formulação, daí a sua dificuldade no tratamento das questões emocionais, como indicado acima.

Do ponto de vista da compreensão da linguagem, há também algumas questões relevantes a serem consideradas. Em primeiro lugar, embora Habermas reconheça a dimensão funcional tríplex da linguagem(*apresentação, interpretação e expressão*), não dá a cada uma delas a mesma importância. Assim, a reflexão sobre a dimensão expressiva da linguagem é pouco problematizada. Em segundo lugar, o modelo proposto opera com o pressuposto de uma linguagem transparente de difícil assimilação, onde se pressupõe que os agentes da interação têm acesso aos mesmos conteúdos, numa visão similar à do transporte de informação do primeiro modelo apresentado, no qual a dimensão polissêmica da linguagem é minimizada. “*Communication for Habermas, is an Apollonian principle, one of unity, light, clarity, sunshine, reason*“ (Peters, 1993: 563).

Na mesma linha que compreende a comunicação como diálogo, Mikhail Bakhtin, lingüista russo, oferece uma perspectiva mais sugestiva para a reflexão da complexidade envolvida no processo de enunciação. Segundo o autor, a comunicação se realiza a partir de uma interação que projeta os interlocutores conjuntamente no discurso. “Só um Adão mítico, abordando com o primeiro discurso um mundo virgem e ainda não dito, o solitário Adão, poderia evitar essa reorientação mútua em relação ao discurso do outro”³.

A contribuição de Bakhtin está precisamente na afirmação de que o diálogo se realiza não apenas entre enunciados, mas no interior da própria enunciação. “Dessa forma, nosso discurso está impregnado das palavras do outro, que naturalmente são alteradas em seu sentido pelos efeitos de nossa compreensão e avaliação” (Martins, 1990: 22). Bakhtin traz, portanto, indicativos importantes que permitem a reflexão acerca da questão da intertextualidade e polissemia existentes no processo comunicacional, ao reconhecer a presença marcante dos interlocutores do discurso no interior da própria enunciação, assim como a sua capacidade de produção de novos sentidos para os discursos proferidos.

É importante, finalmente, destacar que a centralidade conferida à linguagem verbal como *medium medium* da interação é uma abordagem, no mínimo, insuficiente para se refletir acerca dos processos atuais de comunicação, que têm como uma de suas características destacadas o recurso permanente à pluralidade de linguagens e o recurso crescente às imagens visuais. O modelo de comunicação habermasiano, condicionado ao escopo da linguagem tematizada em ‘atos de fala’, tem limitada, assim, a sua capacidade de compreensão e análise dos processos comunicacionais contemporâneos.

Se considerada como modelo exclusivo e abrangente do conjunto dos processos comunicacionais, a compreensão da comunicação como um diálogo, tal como aparece em Habermas, apresenta uma série de insuficiências, na medida em que nem todos esses processos se deixam explicar inteiramente a partir de parâmetros dialógicos linguísticos, racionalmente motivados. É inegável, contudo, a contribuição do autor para o reconhecimento da comunicação como fundamento nuclear a partir do qual os processos sociais podem ser compreendidos e a realidade social modificada. Os seus esforços no sentido de indicar o diálogo, como o caminho para a problematização e

³ BAKHTIN, Mikhail apud in MARTINS, Eleni. *Enunciação e Diálogo*, Campinas: Ed. UNICAMP, 1990, p.20

superação de divergências e conflitos, representam, por sua vez, um tributo à teoria social contemporânea a ser também valorizado.

As contribuições de Habermas são significativas, também, no que diz respeito ao reconhecimento das interrelações entre a dimensão da subjetividade e da intersubjetividade nos processos de comunicação. A tese do autor sugere que o processo de formação do conhecimento e da identidade dos agentes sociais tem um caráter necessariamente referido à subjetividade dos agentes, construída a partir de uma relação sujeito-objeto, e aos processos interativos que possibilitam a constituição da intersubjetividade entre agentes sociais. Ele reconhece a autonomia dos participantes da interação, que na qualidade de portadores de linguagem, caracterizam-se como agentes dotados de capacidade reflexiva, compreendendo o processo de constituição da sua subjetividade como sendo articulado à sua participação permanente e contínua em processos comunicacionais com outros agentes sociais.

A Comunicação como Disputa

O sociólogo francês Pierre Bourdieu tem como um dos eixos da sua sociologia dos bens simbólicos a investigação de questões relacionadas ao poder, onde o processo de comunicação é compreendido como uma disputa simbólica pelas nomeações legítimas. Desse ponto de vista, a sua compreensão da comunicação pode ser considerada, exemplarmente, como contrária a de Habermas. Enquanto para o filósofo alemão a comunicação é considerada sinônimo da busca de entendimento, para Bourdieu ela é sinônimo de disputa.

Ele postula que a idealização das relações interativas no modelo habermasiano e a negligência na análise das condições institucionais a partir das quais a comunicação se realiza teriam por efeito eliminar do processo da comunicação as relações de poder, o que estaria expresso, por exemplo, na utilização acrítica de Habermas do conceito de força ilocucionária (1982: 25).

Para Bourdieu, a sociologia deveria concentrar sua atenção no desvendamento das questões relativas ao *poder simbólico*. Nesse sentido, ela poderia incorporar parcialmente as contribuições da linguística, redimensionando-as a partir de uma postura crítica, substituindo as noções de gramaticalidade por *aceitabilidade*, de relações de comunicação por *relações de força simbólica*, e a pergunta pelo sentido do discurso pela do *poder e valor do discurso*. Isso implicaria a necessidade de

compreensão não apenas da competência lingüística, mas de um capital simbólico. Falar em capital simbólico significaria recusar a abstração contida no conceito de competência lingüística, como capacidade infinita de engendramento de discursos gramaticalmente corretos. Na proposição de Chomsky acerca da competência lingüística, é postulada a autonomização da capacidade de produção lingüística. Bourdieu adverte, contudo, que a linguagem deve ser compreendida como *práxis*, portanto, necessariamente referida às situações que lhe conferem sentido e condicionam a sua expressão.

Para o autor francês, a linguagem desenvolvida para ser falada e aceita e estando, em decorrência disso, obrigada a assumir os pressupostos gramaticais definidos e reconhecidos como legítimos, deve também ser falada adequadamente. O espaço das interações, segundo Bourdieu, funciona como uma espécie de mercado lingüístico pré-constituído, definidor do que pode ser dito e do que não pode ou não deve ser pronunciado, de quem é excluído e ou se exclui (1989, 55). Em outras palavras, os agentes sociais, na luta permanente pelo estabelecimento de 'definições' legítimas, dispõem de forças que estão referenciadas aos campos hierarquizados e às posições que neles ocupam.

O autor postula a existência na sociedade de um mercado de bens simbólicos tão vigoroso quanto o de bens materiais. À medida em que estabelecem relações sociais entre si, os homens realizam não somente a troca de mercadorias, mas também de significados, de símbolos (1987: 102-103). Há, assim, uma lógica da produção, circulação e consumo dos bens simbólicos a ser apreendida e analisada. Daí a sua afirmação de uma 'autonomia relativa' desse mercado simbólico que, não obstante, continua sendo estudado pelo autor em analogia ao mercado de bens materiais. Como tal ele é analisado a partir do foco na existência de produtores e consumidores de *bens simbólicos* que se movimentam no âmbito de um 'mercado', a partir de um certo *quantum* de capital, que os capacita ou não a se colocarem frente aos 'preços' estipulados num processo de competição.

Bourdieu especifica a sua noção de mercado simbólico mediante a associação com o conceito de campo. Na sua concepção, aos vários campos correspondem mercados específicos, sendo a lógica de funcionamento de cada mercado definida pelo campo que o delimita. A sociedade, para o autor, tem o seu ordenamento definido a partir da existência e do relacionamento dos diversos campos nela configurados. A sua 'teoria geral do funcionamento dos campos' constitui uma tentativa de compreender a

sociedade, fugindo aos moldes do marxismo clássico, a partir do binômio estrutura e super-estrutura.

Há uma mudança de perspectiva, nas formulações do autor, ao se assumir a idéia da autonomia dos campos, cuja pretensão é dar conta da multiplicidade de determinações que configuram as relações sociais e as especificam. Segundo Canclini, “nas sociedades ‘modernas’, a vida social se reproduz em campos (econômico, político, científico), que funcionam com uma forte independência. As lutas que em cada campo ocorrem não podem ser dedutíveis do caráter geral da luta de classes, mas do entendimento do próprio campo” (1984: 12).

O campo é concebido por Bourdieu como sendo estruturado a partir de dois elementos fundamentais: um capital específico comum, que dá sentido à sua existência e um processo permanente de luta pela apropriação desse capital. Na afirmação do autor, “para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputa e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa, etc” (1983: 89). É precisamente essa disputa que sustenta a existência do campo e o movimenta. Uma disputa que é produzida pelas próprias estruturas constitutivas do campo e, ao mesmo tempo, é responsável pela produção de suas estruturas e hierarquias (1989: 85). Em outras palavras, o campo se mantém em funcionamento à medida em que o conjunto dos agentes nele envolvidos, atua para manter ou melhorar suas posições no seu interior. Nessa disputa, as chances de êxito serão maiores ou menores na dependência direta do domínio maior ou menor do capital específico do campo.

Segundo Bourdieu, na medida em que “todo ato de produção cultural implica na afirmação de sua pretensão à legitimidade cultural” (1989: 108), isto é, a luta pelo monopólio da manipulação legítima de uma determinada espécie de bens simbólicos, estabelece-se o conflito no processo de comunicação. Conflito este que decorre da existência de princípios diferenciados de legitimação que estão em jogo. A disputa fundamental é, pois, referente ao poder simbólico de estabelecimento das distinções, cuja efetividade é reconhecida e salientada pelo autor.

O poder de nomear é afinal, também para Bourdieu, o poder de fazer coisas, daí um certo caráter ‘mágico’ estar presente na definição dos significados, na medida em que alterar representações implica, num certo sentido, mudar as coisas. O agente que fala não busca apenas ser compreendido, mas ser obedecido, acreditado, reconhecido.

Daí a sua afirmação de que: “a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder“ (1987: 161).

A visão da comunicação de Bourdieu, como um processo de disputa permanente, pode ser tomada como caso exemplar da utilização da metáfora na qual a comunicação se assemelha a um processo de guerra. Segundo Krippendorf, nesse tipo de metáfora, os participantes da interação apresentam-se, frente a frente, com o propósito deliberado de derrubar o argumento um do outro, num processo em que apenas um pode sair vencedor (1994: 90). Dessa forma, é rejeitada claramente, nessa visão, a concepção da comunicação pautada na idéia ingênua do transporte de informação.

Nessa abordagem que associa a comunicação a um processo de disputa, a fala dos agentes sociais deve ser compreendida não apenas como operação intelectual de *codificação-decodificação*, como no primeiro modelo analisado nesse trabalho. Ao contrário, ela deve ser compreendida como ‘uma relação de força simbólica, que se baseia numa relação de autoridade-crença’, necessariamente referida às condições de instauração dos discursos, mais precisamente, à estrutura do mercado em que eles são proferidos(1987: 161). Na afirmação de Bourdieu, “a ciência do discurso deve levar em conta as condições de instauração da comunicação, porque as condições de recepção esperadas fazem parte das condições de produção. A produção é comandada pela estrutura do mercado ou, mais precisamente, pela competência (no sentido pleno) na sua relação com um mercado“ (1987: 161-162).

A autoridade de um discurso, isto é, a conquista da sua legitimidade decorre, segundo Bourdieu, de uma série de fatores: em primeiro lugar, se ele é proferido por um locutor legítimo, reconhecido como possuidor do direito e da competência para proferí-lo; em segundo lugar, se ele é proferido numa situação legítima, no mercado que o considera relevante; e, finalmente, se ele é dirigido a destinatários também legítimos, ou seja, capazes de compreendê-lo e dar-lhe a importância devida.

O discurso tem, pois, para Bourdieu, o caráter de um bem simbólico que pode receber valores diferenciados de acordo com o mercado no qual se insere. Nesse sentido, o que determina o discurso é a relação concreta entre a competência do locutor e o mercado no qual os agentes da fala se defrontam, a partir de posições diferenciadas como portadores desiguais de capital linguístico e de outras espécies de capital. É a partir dessas reflexões que ganha sentido a afirmação de Bourdieu de que é ‘toda a pessoa social` que enuncia o discurso. (1987: 172)

A sociologia dos bens simbólicos de Bourdieu, voltada para a compreensão dos mecanismos de reprodução social, contribui, inegavelmente, para a reflexão da questão do poder no processo de comunicação. Contudo, ao analisar todos os processos de comunicação sob a mesma ótica assume também uma postura reducionista. Toda a comunicação é explicada a partir de um único e central elemento: o poder. Em tal concepção não há, portanto, lugar para a gratuidade, a busca de consensos ou para a discussão racional crítica.

Sem negarmos as contribuições já mencionadas de Bourdieu, gostaríamos de salientar que consideramos o seu enfoque, centrado exclusivamente na questão da disputa de forças, como possuindo um caráter restrito e empobrecedor, na medida em que a cultura aparece inteiramente subsumida nas relações de poder. É justamente essa compreensão que está presente na afirmação feliz de Canclini: “*si bien la obra de Bourdieu es una sociologia de la cultura sus problemas centrales non son culturales*” (1984:09). O autor, ao discutir as questões da cultura, volta-se, na verdade, à reflexão das questões relativas ao poder.

Na nossa avaliação, é, por um lado, inegável a contribuição específica de Bourdieu para o esclarecimento das questões da cultura e da comunicação, especialmente no sentido de desmistificar a ingenuidade das nomeações e bens simbólicos, e ressaltar os processos de disputa por sua legitimidade. Por outro lado, é necessário problematizar a centralidade da categoria do poder para se refletir o conjunto das práticas culturais e comunicativas.

A Comunicação como Seleção

A comunicação é um conceito central na teoria sistêmica do sociólogo alemão Niklas Luhmann. Segundo o autor, a comunicação e não a ação, como postulado em muitas teorias, é a unidade elementar que constitui os sistemas sociais. A ação é, na verdade, a unidade elementar que faz o sistema observável. É com base nessa compreensão que ele se dedica a análise da comunicação. Segundo Luhmann, que opera na sua teoria com um elevado grau de abstração, a comunicação é compreendida como um processo de três diferentes seleções: a seleção da *informação*, a seleção da *participação* (‘Mitteilung’) dessa informação e a *compreensão* seletiva ou não-compreensão dessa participação e sua informação (1995b: 115).

Os conceitos acima mencionados são qualificados pelo autor nos seguintes termos: a informação é uma seleção feita a partir de um conjunto de possibilidades; a participação é a duplicação da informação numa forma codificada. Desse modo, constitui-se uma diferença entre informação e participação; a compreensão pressupõe a diferença entre informação e participação e toma essa diferença como pretexto para a escolha de uma conduta associada, ou seja, a compreensão também não é apenas a duplicação da participação em outra consciência, mas ela é o próprio pressuposto da continuidade da comunicação. O autor acentua ainda que a comunicação não é possível sem um estoque comum de sinais e uma codificação uniforme.

Somente mediante a efetivação das três seleções acima mencionadas, realiza-se a comunicação, que é vista pelo autor como constituindo um *sistema completo, circunscrito a si mesmo*. Nesse sentido, tais seleções não devem ser vistas simplesmente como funções, atos ou horizontes para pretensões de validade, ainda que essas possam ser ocasionalmente possibilidades de sua utilização. Não devem ser também consideradas apenas como elementos da comunicação, com possibilidades de existência independentes, os quais teriam que ser unidos por alguém. Segundo Luhmann, a comunicação é um sistema fechado completo, formado pelas três seleções básicas mencionadas, as quais não podem existir uma sem a outra, ou seja, “não há informação fora da comunicação, não há participação fora da comunicação e não há compreensão fora da comunicação“ (1995b: 118).

A comunicação é compreendida como um sistema fechado completo por ser capaz de produzir os componentes a partir dos quais ela existe, através da própria comunicação. Nesse sentido é qualificada como um sistema *auto-poiético*⁴, no sentido de auto-elaboração, como um sistema que é capaz de especificar não apenas seus elementos, mas suas próprias estruturas. Ao qualificar o sistema de comunicação como auto-poético, Luhmann, afasta-se, deliberadamente, das concepções da comunicação centradas na noção do sujeito, que operam com o pressuposto da existência de um autor, a partir do qual a comunicação pode ser compreendida.

Contrário ao argumento usual na literatura, de que em última instância o que existem são homens e indivíduos, sujeitos que agem e se comunicam, Luhmann postula,

⁴ O conceito de Autopoiese foi desenvolvido por Maturana e Varela, no âmbito da Biologia. O termo Autopoiese, remonta as palavras gregas *autos*(próprio) e *poiain*(fazer), tendo sido estabelecida pelo próprio Maturana, no sentido de enfatizar os processos de auto-produção e auto-procriação dos seres vivos. Cf. KNEER, Georg und NASSEI, Armin. Niklas Luhmanns *Theorie sozialer Systeme*. München: Fink, 1994, pp.47-51.

apoiado na concepção do sistema de comunicação autopoietico, que “somente a comunicação pode comunicar” (1995b: 113), ou seja, a comunicação se realiza como um processo circular auto-referente. Dessa forma, segundo o autor, o que não é comunicado, não pode contribuir para o processo da comunicação. De acordo com o mesmo raciocínio, “somente a comunicação pode influenciar a comunicação; somente a comunicação pode decompor a unidade da comunicação (por ex. analisar o horizonte de seleção de uma informação ou questionar as razões de uma participação); e somente a comunicação pode controlar e reparar a comunicação”(1995b: 118).

Ao qualificar a comunicação como um sistema fechado, nos moldes acima descritos, Luhmann afasta-se das concepções da comunicação centradas na participação dos agentes sociais, o que permite a formulação de uma outra tese tão provocativa quanto a idéia do sistema da comunicação auto-poiético, de que a comunicação não tem nenhum objetivo. Tudo que pode ser afirmado a seu respeito é se ela acontece ou não acontece. Isso não significa que não possam ser construídos episódios orientados para objetivos na comunicação, embora a comunicação em si não tenha uma finalidade.

Em linha direta de confrontação com a teoria habermasiana, segundo a qual a comunicação tem o consenso como objetivo, ou seja, realiza-se como busca de entendimento, a comunicação para Luhmann é, antes de tudo, *um risco* e, do ponto de vista sistêmico, o consenso é, antes de tudo, um problema, na medida em que leva à estagnação do processo da comunicação e com isso à estagnação do processo de diferenciação dos sistemas sociais. A comunicação, assegura Luhmann, é *arriscada* e *improvável*. “Ela é improvável, embora nós a vivenciamos e a praticamos todos os dias e sem ela não viveríamos”⁵. Esse componente improvável da comunicação é explicado pelo autor da seguinte forma: em primeiro lugar, é improvável que um compreenda o que outro pensa, na medida em que ambos possuem consciência e memória individualizadas; em segundo lugar, é improvável que uma comunicação alcance mais destinatários do que aqueles que estão presentes numa situação de comunicação; finalmente, é improvável o sucesso de uma comunicação.

A comunicação é arriscada porque ela se dirige para o afunilamento da questão: “se a informação participada e compreendida será aceita ou recusada”. “Nesse ponto, toda comunicação é arriscada” (Luhmann, 1995b: 119). Esse afunilamento, em torno das alternativas de aceitação ou rejeição, é a condição da continuidade da comunicação

⁵ LUHMANN, Niklas apud in SCHMIDT, Siegfried J., *Kognitive Autonomie und soziale Orientierung*, 2. Aufl. Frankfurt/M: Suhrkamp, Suhrkamp - Taschenbuch Verlag, 1996, p. 48.

que é realizada a partir dele. Não se pode fugir a essa situação de decisão que é, justamente a garantia da *autopoiesis* do sistema, na medida em que diferencia a posição de conexão para as comunicações seguintes.

Sem negar as contribuições da teoria da comunicação de Luhmann, Schmidt levanta cuidadosamente uma série de aspectos problemáticos a serem considerados. As suas críticas são, por sua pertinência e relevância, apresentadas a seguir. O autor qualifica como *exagero* o fato de que, em questões fundamentais da sua teoria, Luhmann opere somente com a noção de exclusividade (‘ou isso ou aquilo’), ao invés da noção de não-exclusividade (‘tanto como’). Exemplos disso são: a junção unilateral da comunicação ao nível do sistema social, assim como também o fato de que ele transforme os conceitos em detentores de ação (‘Handlungsträgern’), como na proposição de que a comunicação comunica. Embora possa se observar, tanto na comunicação face-a-face como na comunicação mediada, a referência de textos, temas, comentários, etc. uns aos outros, isto é, a evidência de que a comunicação refere-se à comunicação, não se pode ignorar que “são sempre indivíduos que produzem os textos, que falam e escutam” (Schmidt, 1996:73).

Segundo Schmidt, ao operar com uma concepção da comunicação vista como um sistema independente, caracterizado como autopoietico, fechado e autônomo, Luhmann se depara com sérios problemas decorrentes do paralelismo construído em torno dos sistemas cognitivos e comunicativos. O autor ressalta, entre outras, as seguintes questões: “Permite-se compreender os sistemas sociais, funcionalmente diferenciados, exclusivamente a partir da comunicação? Não se torna uma teoria dos sistemas sociais extremamente pobre de estrutura? Como se determina a relação entre o ‘sistema social’ e o ‘sistema da comunicação’? Pertencem os homens ao ambiente da comunicação? A comunicação pode ser esclarecida sem sujeitos? Como podem a cognição e a comunicação, uma vez categoricamente separadas, serem novamente colocadas em relação? (1996:50).

Embora faça sentido o reconhecimento de que a comunicação e a consciência operam de modo diferenciado e que pertencem a âmbitos diferenciados, respectivamente aos âmbitos social e individual, não deve ser obscurecido, com isso, o aspecto relacional entre ambos. Em outras palavras, tanto evolutiva como atualmente, consciência e comunicação não podem ser pensadas e descritas uma sem a outra, o que pode ser comprovado na discussão acerca da associação entre linguagem e pensamento (Schmidt, 1996: 76).

Schmidt critica o fato de que Luhmann refere-se à comunicação sem diferenciar contudo suas diferentes modalidades, ou seja, a comunicação interativa e a comunicação mediada por meios técnicos (‘*medientechnisch vermittelt*’), que operam de modo fundamentalmente diferentes. A postulação, nesse sentido, de que ‘a comunicação produz comunicação’ faz sentido no caso da observação, pautada numa perspectiva sociológica abstrata dos ‘processos de comunicação de massa’ em que os agentes da comunicação não aparecem em primeiro plano.

A consideração da qualidade diferenciada desses dois tipos de comunicação interativa e mediada possibilita o redimensionamento da relação entre os agentes e a comunicação, onde ambos mantêm entre si uma relação de influência recíproca. Referindo-se à indiferenciação conceitual de Luhmann, argumenta Schmidt, “ao operar contrário a isso com a diferenciação comunicação interativa/‘comunicação de massa’, então pode-se observar, como ambas atuam uma na outra e como os agentes, em casos isolados, podem influenciar ambos os tipos de comunicação, algo em torno do lançamento de novos temas, a criação de boatos, o estabelecimento de novas metáforas, etc” (1996: 75).

Segundo Schmidt, a busca de uma alternativa à forma tradicional de pensamento, que faz remontar o conhecimento e toda comunicação aos indivíduos, é o interesse filosófico fundamental que está por trás da orientação luhmaniana da teoria da comunicação. Estes não são qualificados nem como parte do sistema social, nem como ‘agentes’ da comunicação, senão localizados categoricamente em diferentes dimensões. Ao fazerem o conhecimento e a comunicação remontarem aos sistemas sociais, os indivíduos são vistos ‘quase como instâncias de perturbação’ em relação ao ambiente dos vários sistemas, sendo, assim, o conceito de indivíduo ou sujeito ‘neutralizado’ (1996: 77).

Schmidt postula a necessidade de diferenciação do argumento de Luhmann, segundo o qual, cognição e comunicação seriam um para o outro ‘*black boxes*’. Em primeiro lugar, ele argúi que fechamento operacional não significa fechamento energético ou material. Em segundo lugar, ressalta que recursividade não pressupõe, de modo concludente, a noção de fechamento. Finalmente, sustenta a tese de que a auto-organização não torna a influência de um sistema totalmente impossível. “A aceitação da idéia da auto-organização da cognição e da comunicação não leva, necessariamente, à conclusão de que a comunicação se basta inteiramente sem os indivíduos e de que ela tem que ser descrita sem conceitos com referência à consciência (1996: 78).

Contrário à postulação de Luhmann, segundo a qual, 'o homem não pode comunicar, somente a comunicação pode comunicar' (1995b: 113), Schmidt alega, apoiado na própria definição luhmaniana da comunicação, que apenas os agentes podem se comunicar. Se a comunicação só se efetiva como um processo de três seleções, são apenas os agentes (vistos como comunicadores, não como 'homens totais') que podem se comunicar (1996: 80). O que se torna publicamente relevante, do ponto de vista dos processos de comunicação, é decidido no âmbito dos processos de reprodução social e na estreita dependência do *status* do comunicador nos respectivos sistemas sociais.

As reflexões de Schmidt, com as quais guardamos afinidade, dirigem-se no sentido de afirmar a possibilidade de compreensão da comunicação também como ação social dos indivíduos, vistos como 'comunicantes', sem, contudo, propor uma redução da comunicação à idéia de ação ou a redução da comunicação a relações entre indivíduos. O autor argumenta em favor de uma *dupla perspectiva*, capaz de esclarecer as relações entre comunicação e cognição, a partir da análise de suas *associações estruturais* (1996: 82).

Segundo Schmidt, os processos da comunicação e da cognição ocorrem separados um do outro, mas sincronizados no tempo. Os acontecimentos são, nas dimensões da cognição e da comunicação, processados e associados entre si de modo diferenciado. Na medida em que nem a comunicação e nem a consciência são possíveis uma sem a outra, constrói-se uma conexão necessária, que não se configura, contudo, como um sistema unitário.

A associação estrutural entre cognição e comunicação expressa, antes de tudo, uma relação de *simultaneidade* e não de causalidade, ainda que relações de causalidade não estejam excluídas. Assim, a hipótese do fechamento operatório dos sistemas é preservada sem contradição. Na maioria das análises sobre a questão, a associação estrutural entre consciência e comunicação é efetuada pela linguagem. Segundo Schmidt, há dois aspectos importantes presentes nessa concepção. "Através da socialização linguística, torna-se a consciência dependente, ou seja, orientada para modelos da realidade social, temas culturais, padrões e procedimentos que ela internaliza. Isto é, os indivíduos se tornam dependentes da participação na comunicação. Por outro lado, a linguagem permite, também, com a possibilidade da negação, uma independência consciente dos condicionamentos sociais" (1996: 92).

O autor postula, assim, a necessidade do reconhecimento de uma associação estrutural entre a comunicação e a cognição. Esta associação não deve ser obscurecida ou minimizada pela aceitação da tese da autonomia operacional dos dois sistemas, como na teoria lumaniana da comunicação. Nesse caso, a comunicação é transformada num sistema autopoietico e os agentes aparecem destituídos da capacidade de comunicação, que é abstratamente transferida para os conceitos, validando afirmações do tipo 'só a comunicação comunica'.

Considerações Finais

Na análise dos modelos de comunicação anteriormente considerados, podemos identificar algumas proposições valiosas, assim como uma série de negligências, parcialidades ou equívocos. Na nossa compreensão, as fragilidades indicadas nas diversas teorias são, em larga medida, decorrentes de suas proposições generalizantes, ou seja, de suas pretensões de validade absolutas. Os modelos minimizam a diversidade dos fenômenos da comunicação ao operarem com o predomínio de noções exclusivistas (consenso ou conflito, sistemas ou agentes, etc.) em detrimento de perspectivas complementares, que sejam capazes de dar conta das diferenças dos processos comunicacionais, sem eliminá-las.

Tal postulação não deve ser confundida com qualquer espécie de ecletismo. Ao contrário, o que se pretende afirmar aqui é a necessidade de um procedimento teórico criterioso, que reconheça e problematize a complexidade dos fenômenos de comunicação e a natureza de suas diferenciações, evitando, com isso, toda espécie de reducionismo.

Nessa perspectiva, uma questão a ser enfrentada com mais radicalidade é a do caráter peculiar das comunicações *mediáticas*, considerada, ainda, de modo insuficiente em inúmeras análises da comunicação. Na maioria dos casos, a negligência na consideração de suas peculiaridades tem como resultado mais visível a hegemonia do modelo das interações face-a-face nas análises de tais processos comunicacionais. Tal modelo, construído para esclarecer questões referentes à relação interativa entre agentes numa comunicação presencial, parece-nos, contudo, insuficiente e inadequado para analisar a comunicação mediática, constituindo uma fonte permanente de imprecisões e confusões conceituais.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Ed. Hucitec., 1990.

BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. 5ª ed. São Paulo: Editora Cultrix., 1971.

BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

BERNSTEIN, R. (org) - *Habermas y la Modernidad*. Madrid: Cátedra Ediciones, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

_____. *Ce que parle veut dire*. Librairie Artheme Fayard, 1982.

CANCLINI, Néstor. *Desigualdade cultural y poder simbólico. La sociologia de Pierre Bourdieu*. Escuela Nacional de Antropologia e História, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Bibioteca Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Teoria de la Accion Comunicativa*. vol. II. Madrid: Taurus Ediciones, 1987a.

HECK, José N. 'Introdução' in HABERMAS, J. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

HERRERO, Xavier. 'Racionalidade Comunicativa e Modernidade' in *Revista Síntese*, nº 37, 1986.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

KNEER, Georg & NASSEHI, Armin. *Niklas Luhmanns Theorie sozialer Systeme: eine Einführung*. 2. Auflage. München: Fink, 1994.

KRIPPENDORF, Klaus. 'Der verschwundene Bote. Metaphern und Modelle der Kommunikation' in MERTEN, Klaus et al (Hrsg): *Die Wirklichkeit der Medien*. Opladen: Westdt. Verlag, 1994.

LUHMANN, Niklas : *Die Realität der Massenmedien*. Opladen: Westdt. Verlag, 1995a.

_____. 'Was ist Kommunikation?' in *Soziologische Aufklärung* 6. Opladen: Westdt. Verlag, 1995b.

MARTINS, Eleni. *Enunciação e Diálogo*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

MERTEN, Klaus; SCHMIDT, Siegfried J. & WEISCHENBERG, Siegfried (Hrsg): Die Wirklichkeit der Medien. Opladen: Westdt. Verlag, 1994.

MEYEROWITZ, Joshua. *No Sense of Place*. New York: Oxford University Press, 1985.

PETERS, John D. 'Distruct of representation: Habermas on the public sphere' in *Media, Culture and Society*. vol. 15, n° 4, 1993.

SCHMIDT, Siegfried J. & SPIEß, Brigitte (Hrsg). *Werbung, Medien und Kultur*. Opladen: Westdt. Verlag, 1995.

SCHMIDT, Siegfried J. *Kognitive Autonomie und Sozial Orientierung: konstruktivistische Bemerkungen zum Zusammenhang von Kognition, Kommunikation, Medien und Kultur*. 2. Aufl. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1996.

SPANGENBERG, P.M. 'TV, Hören und Sehen' in GUMBRECH, H.U. & PFEIFFER, K.L.(Hrsg.) *Materialität der Kommunikation*. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1988.

_____. 'Ereignisse und ihr Medium. Über das Verhältnis von Wahrnehmung, Interaktion und audiovisueller Kommunikation' in WAGNER, B., BALKE, F. & MECHOULAN (Hrsg). *Zeit des Ereignisses - Ende der Geschichte*. München: Fisk, 1992.

STEUERMAN, Emilia. 'Habermas vs. Lyotard modernity vs Posmodernity?' in *New Formatins*, n° 7, 1989.

THOMPSON, John B. *Ideology and Modern Culture*. Stanford: Stanford University Press, 1990.